

**PARECER DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO
EXERCÍCIO 2022**

MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA ESTADO DE MATO GROSSO

1- INTRODUÇÃO

Na condição de responsável pelo órgão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, e em atendimento ao disposto nos artigos 31 e 74 da Carta Magna que confere atribuições e competências ao Sistema de Controle Interno, em especial, a atribuição de apoiar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional prevista no art. 74, IV; ao art. 8º e 9º da Lei Complementar 269/2007; aos arts. 161, 162 e 163 da Resolução Normativa TCE N.º 33/2012, apresenta-se o Relatório Técnico Conclusivo sobre as contas Anuais de Governo, exercício de 2022, do Município de Nova Olímpia-MT.

A elaboração deste Relatório referente às Contas Anuais foi realizada pelo servidor Nelson Alves, com observância às normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública, nos critérios contidos na Legislação vigente, especialmente os de relevância e materialidade constantes na Resolução Normativa N.º 33 de 11 de dezembro de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso-TCE/MT.

Destaca-se inicialmente que a Unidade de Controle Interno desenvolveu suas atividades, através da realização de auditorias e inspeções com recomendações, bem como emissão de Pareceres, visando mitigar irregularidades ou deficiências administrativas detectadas.

2- RESPONSÁVEIS

As contas do Poder Executivo no exercício em exame estiveram sob o governo do senhor José Elpídio de Moraes Cavalcante, prefeito municipal, e as do Poder Legislativo, do senhor Edson Noel da Silva, cujos dados pessoais são os seguintes:

Prefeito Municipal	
Nome:	José Elpídio de Moraes Cavalcante
Período:	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
RG:	105.459 SSP/MT
CPF:	110.170.401-25
Endereço:	Rua Bahia, S/N.º Bairro Centro, Cep: 78.370-000 – Nova Olímpia-MT
Fone:	65-9987-3001
E-mail:	gabinete@novaolimpia.mt.gov.br

Presidente da Câmara	
Nome:	Edson Noel da Silva
Período:	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
RG:	693.802 SSP/MT
CPF:	420.009.981-00

Endereço:	Rua Minas Gerais, 1131-W – Centro Nova Olímpia-MT
Fone:	65-3332-1115 / 3332-1338
E-mail:	valdino@camaranovaolimpia.mt.gov.br

3 - RESULTADO DA ANÁLISE DAS AÇÕES DE GOVERNO

3.1- Processo Orçamentário (Dados Consolidados do Município)

3.1.1- Plano Plurianual

Por meio da Lei Municipal 1242/2021 de 22 de setembro de 2021, aprovou-se o Plano Plurianual-PPA no município de Nova Olímpia para vigorar no período de 2022 a 2025.

Conforme analisado, no Exercício de 2021 não houve irregularidade e/ou inconsistência em relação ao PPA.

Os procedimentos de Controle Interno implantados no município relativos a elaboração do Plano Plurianual encontram-se previstos na Instrução Normativa SPO N.º 001 de 25 de março de 2010 do Sistema de Planejamento e Orçamento, de responsabilidade da Coordenadoria de Controle Interno Municipal, que dispõe sobre orientação para elaboração e execução do PPA, padronização e elaboração da LDO e institui normas e procedimentos para elaboração da LOA do município de Nova Olímpia-MT, e na Instrução Normativa N.º 003 de 31 de março de 2010 do Sistema de Planejamento e Orçamento, de responsabilidade da Coordenadoria de Controle Interno Municipal, que dispõe orientação para acompanhar os resultados previstos nos programas do PPA, cumprimento das Metas Fiscais, Prioridades e Metas definidas na LDO.

3.1.2- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Por meio da Lei Municipal 1244/2021 de 06 de outubro de 2021, aprovou-se as Diretrizes Orçamentárias do município para o Exercício em exame.

A LDO dispõe sobre as matérias definidas na Legislação (art. 165, § 2º, da Constituição Federal e art.4º da LRF).

3.1.3- Lei Orçamentária Anual (LOA) e Créditos Adicionais

A Lei Municipal 1247/2021 de 15 de dezembro de 2021 aprovou o Orçamento do município para o Exercício de 2022.

A LOA foi elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO (art. 165, § 7º, CF; art. 5º, LRF).

O texto da Lei destaca os recursos dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos (art. 165, § 5º da CF).

A LOA dispõe sobre as matérias definidas na Legislação e atende o princípio da exclusividade (art. 165, §§ 5º ao 8º, CF; art. 5º, LRF).

Não houve autorização para abertura de créditos adicionais ilimitados (art. 167, inc. VI, da CF).

Os créditos adicionais suplementares e especiais foram abertos com prévia autorização Legislativa e por Decreto do Executivo (art. 167, inc. V; CF; art. 42, Lei 4.320/64).

Os créditos adicionais – suplementares ou especiais – foram abertos com a indicação dos recursos efetivamente existentes (art. 167, inc. V, CF).

3.1.4- Cumprimento das Metas e Programas

Demonstra-se, a seguir, o resultado da execução do Orçamento sob a ótica do cumprimento das metas previstas no PPA e LDO e da realização de Programas de Governo e dos Orçamentos:

Cód. Programa	Descrição	Previsão Inicial LOA (R\$)	Previsão Final LOA (R\$)	Execução (R\$)	% Exec./ Previsão
0001	Câmara Cidadã	2.792.580,00	3.379.102,49	3.350.539,14	99,15
0002	Gestão Estratégica	2.160.624,00	2.369.305,63	2.359.990,95	99,60
0003	Gestão Administrativa	3.235.210,00	3.857.484,69	3.843.058,47	99,62
0004	Modernização Administrativa	200.000,00	184.160,00	183.974,18	99,89
0005	Suporte Administrativo	1.865.259,00	2.101.220,59	2.077.119,63	98,85
0006	Gestão Financeira	2.134.148,00	3.014.623,18	2.927.004,81	97,09
0007	Gestão De Planejamento Estratégico	567.312,00	777.599,69	757.829,36	97,45
0008	Obrigações Especiais	1.843.180,00	1.011.631,02	1.011.630,02	99,99
0009	Reserva De Contingência	450.000,00	0,83	-	0,00
0010	Água E Esgoto - Serviços Urbanos, Infraestrutura E Modernização	2.261.809,00	1.883.962,54	1.816.353,67	96,41
0011	Administrando Para Educar	1.508.945,00	1.160.748,30	1.139.838,26	98,19
0012	Educando Com Carinho	5.439.869,00	6.110.923,17	6.067.526,84	99,28
0013	Construir E Formar Para A Vida	13.151.162,00	20.971.886,57	20.369.023,92	97,12
0014	Incluir Com Qualidade	2.328.203,00	1.746.001,82	1.664.113,66	95,30
0016	Cultura E Tradição, Nossa Identidade	220.568,00	676.277,04	667.817,52	98,74
0017	Esporte Direito De Todos	293.752,00	413.884,10	398.720,26	96,33
0018	Gestão Do Sistema Único De Saúde	1.704.309,00	1.856.531,19	1.812.968,36	91,84
0019	Atenção Básica	5.338.230,00	6.695.956,04	6.531.772,27	97,54
0020	Atenção De Média E Alta Complexidade	12.818.953,00	17.777.561,42	17.438.135,91	98,09
0021	Vigilância Em Saúde	1.241.547,00	724.936,49	715.289,34	98,66
0022	Assistência Farmacêutica	777.660,00	1.261.383,31	1.072.936,79	85,06
0024	Gestão Do Sistema Único De Assistência Social	1.703.664,00	1.926.518,14	1.881.312,43	97,65
0025	Fortalecimento Da Rede De Proteção Social	900.865,00	1.124.322,01	1.005.509,44	89,43

0026	Fortalecimento Da Rede De Proteção Social Especial	464.014,00	293.968,00	256.628,60	87,29
0027	Construindo Sonhos	24.000,00	24.000,00	-	0,00
0032	Sustentabilidade Rural	950.489,00	295.667,74	266.150,11	90,01
0036	Infraestrutura Urbana E Serviços Públicos	4.955.041,00	16.678.958,02	13.098.416,23	78,53
0037	Estruturação E Promoção Da Mobilidade	3.913.623,00	4.273.891,50	4.266.288,24	99,82
0038	Gestão Ambiental E Defesa Civil	230.484,00	180.355,64	176.031,77	97,60
0039	Assistência a Criança e ao Adolescente	34.500,00	34.500,00	200,00	0,57
0040	COVID-19	8.000,00	1.244.705,22	118.754,96	9,54
TOTAL DESPESAS		75.518.000,00	104.168.881,39	97.274.935,14	93,38

Fonte: Relatório dos Programas em Execução no mês de dezembro de 2022 (individualizado) - EMPENHADOS OR 8392

3.2- Análise dos Balanços Consolidados

3.2.1. Responsabilidade Técnica

A Contabilidade do município foi consolidada na Prefeitura Municipal, sob a responsabilidade do contador, cujos dados pessoais são os seguintes:

Contador	
Nome:	Luiz Rodrigo da Silva Bernardi
Período:	01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2022
RG:	00119389-9 SPP/MS
CPF:	955.898.721-20
Endereço:	Edifício Concorde – Avenida Dr. Hélio Ribeiro, nº 487, Bairro Parque Eldorado Sala Comercial, 1104.CEP: 78050-970 - Cuiabá-MT
Fone:	066-9 8135-9466 / 066-9 8448 -1315
E-mail:	rodrigo.atf@hotmail.com

Não foram constatados fatos contábeis registrados indevidamente (arts. 83 a 106 da Lei 4.320/1964 ou Lei 6.404/1976).

3.2.2- Balanço Orçamentário (Anexo 12, Lei 4.320/64)

3.2.2.1- Resultado da Arrecadação Orçamentária – Quociente de Arrecadação da Receita (QAR)

Receita Arrecadada	= 103.533.090,26	= 1,26
Receita Prevista	81.918.000,00	

Esse resultado indica que houve excesso de Arrecadação.



3.2.2.2- Quociente de Realização da Despesa (QRD)

Despesa Orçamentária Realizada = 103.972.684,33	= 1,06
Despesa Orçamentária Autorizada = 111.148.881,39	

Esse resultado indica que a despesa realizada foi inferior a autorizada.

As despesas foram realizadas com observância ao limite do crédito orçamentário (art. 167, inc. II, CF).

3.2.2.3- Resultado da Execução Orçamentária – Quociente do Resultado da Execução Orçamentária (QREO).

Receita Arrecadada = 103.533.090,26	= 0,99
Despesa Realizada = 103.972.684,33	

O resultado da Execução Orçamentária (diferença entre a Receita Orçamentária Executada (Arrecadada) e a Despesa Orçamentária Executada (Realizada) foi deficitária.

3.2.3- Balanço Financeiro (Anexo 13, Lei 4.320/64)

3.2.3.1- Restos a Pagar

3.2.3.1.1- Quociente de Disponibilidade Financeira para Pagamento de Restos a Pagar:

Disponibilidade Financeira = 22.057.640,29	= 13,85
RP Processados e Não Processados = 1.592.131,70	

O resultado indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 13,85 de disponibilidade financeira.

3.2.3.1.2- Quociente de Inscrição de Restos a Pagar do Poder Executivo

Restos a Pagar Processados e Não Processados = 1.592.131,70	= 0,15
Total da Despesa Empenhada = 103.972.684,33	

O resultado indica que para cada R\$ 1,00 de Despesa Empenhada, R\$ 0,15 foram inscritos em Restos a Pagar.

Demonstrativo de Restos a Pagar:

Anexo 1. Restos a Pagar

Quadro 1.1. Restos a Pagar Processados e não Processados

3.2.4. Balanço Patrimonial (Anexo 14, Lei nº 4.320/64)

3.2.4.1. Situação financeira - Quociente da Situação Financeira (QSF)

Ativo Financeiro	=	22.057.640,29	=	11,47
Passivo Financeiro	=	1.922.151,70		

O resultado indica que há superávit financeiro.

3.2.4.2. Dívida Pública

3.2.4.2.1. Quociente do Limite de Endividamento – QLE

Conforme Tabela 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – Estados, Distrito Federal e Municípios, do Relatório de Gestão Fiscal (LRF, art. 55, inciso I, linha “b”) janeiro/2022 a dezembro/2022, o quociente do limite de endividamento está disposto da seguinte forma:

Dívida Consolidada Líquida	=	14.718.675,28	=	0,15
Receita Corrente Líquida	=	94.495.278,22		

Esse resultado indica que a soma das obrigações de longo prazo é menor que a soma dos recebimentos correntes líquidos.

O montante da Dívida Consolidada Líquida está adequado ao Limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal nº 40/01 e 43/01.

Demonstrativos da Dívida:

Anexo 2. Dívida Pública

Quadro 2.1. Dívida Consolidada Líquida

Anexo 3 – Receita

Quadro 3.3. Receita Corrente Líquida

3.2.4.2.2. Quociente da Dívida Pública Contratada no Exercício

Conforme Tabela 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida – Estados, DF e Municípios, do Relatório de Gestão Fiscal (LRF, art. 55, inciso I, linha “b”) janeiro/2022 a dezembro/2022, o quociente da Dívida Pública contratada no exercício, está disposto da seguinte forma:

Dívida Pública Contratada	=	4.965.343,89	=	0,05
Receita Corrente Líquida	=	94.495.278,22		

Esse resultado indica que a soma das obrigações de longo prazo contratadas é menor que a soma dos recebimentos Correntes Líquidos.

A contratação da Dívida está adequada ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal N.º 40/01 e 43/01.

Demonstrativos da Dívida:

Anexo 2. Dívida Pública

Quadro 2.2. Movimentação e Saldo de Dívidas.
3.2.4.2.3. Quociente de Dispêndios da Dívida Pública

Conforme Relatório Auxiliar LRF Despesas no Exercício – Função/Programa/Subprograma (Liquidados), o quociente de dispêndios da Dívida Pública está disposto da seguinte forma:

Amortização + juros + demais encargos	=	0,00	=	0,000
Receita Corrente Líquida		94.495.278,22		

Esse resultado indica que a soma dos dispêndios da Dívida Pública é menor que a soma dos recebimentos Correntes Líquidos.

A contratação da dívida está adequada ao limite estabelecido nas Resoluções do Senado Federal N.º 40/01 e 43/01.

Demonstrativos da Dívida:

Anexo 2. Dívida Pública

Quadro 2.2. Movimentação e Saldo de Dívidas.

3.3. Receita Orçamentária Consolidada

Para o exercício de 2022, a Receita Prevista foi de R\$ 91.944.804,05 sendo arrecadado o montante de R\$ 113.559.894,31. Deste total, R\$ 11.188.540,09 corresponde à Arrecadação da Receita Tributária Própria e, R\$ 103.533.090,26 à Receita Corrente Líquida.

A contribuição para o FUNDEB foi de R\$ 10.026.804,65 + Aplicação Financeira do FUNDEB foi de R\$ 122.532,63 = R\$ 10.149.337,28.

Acerca do esforço para a arrecadação exigido pela LRF, foram constatados os seguintes achados de auditoria:

Demonstrativos da Receita:

Anexo 3. Receita

Quadro 3.1. Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos

Quadro 3.2. Receita Tributária Própria

Quadro 3.3. Receita Corrente Líquida (RCL)

3.4. Despesa Consolidada

3.4.1. Despesa Total

Para o exercício de 2022, a Despesa Autorizada foi de R\$ 111.148.881,39, sendo realizado o montante de R\$ 103.972.684,33.

Demonstrativo da Despesa:

Anexo 4 – Despesa

Quadro 4.1. Despesa por Função.

3.4.2. Educação

3.4.2.1. Limites Legais

3.4.2.1.1. Ensino (art. 212, CF)

Foi aplicado o montante de R\$ 20.135.228,84, correspondente a 32,38% da Receita Base de R\$ 62.183.687,35, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, assegurando o cumprimento do percentual mínimo de 25% da Receita de Impostos, compreendida a proveniente de transferências, estabelecido no art. 212 da Constituição Federal

Demonstrativos do Ensino:

Anexo 5. Ensino

Quadro 5.1. Receita Base para aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212, CF)

Quadro 5.2. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)



3.4.2.1.2. FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (art. 60, ADCT)

Do total arrecadado do FUNDEB (R\$ 13.895.894,88), mais a Aplicação Financeira do FUNDEB (R\$ 122.532,63) foram destinados 103,68% para a remuneração e valorização dos profissionais do magistério – Ensino Infantil e Fundamental, correspondentes a R\$ 14.533.735,62, assegurando o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido no inciso XII do art. 60 do ADCT. Despesas

custeadas com superávit financeiro do exercício anterior no valor de 2.777.446,13 total de aplicação no exercício de 83,86%.

Demonstrativo do Fundeb:

Anexo 5 – Ensino

Quadro 5.3. Gastos com Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério. Ensino Infantil e Fundamental. Recursos do FUNDEB.

3.4.3. Saúde

3.4.3.1. Limites legais

Foi aplicado o montante de R\$ 21.040.290,42 correspondente a 33,84% da Receita Base de R\$ 62.183.687,35 em ações e Serviços Públicos de Saúde, assegurando o cumprimento do percentual mínimo de 15% da receita de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º da Constituição Federal (artigo 77, incisos II, III, § 4º do ADCT – CF).

Demonstrativos da Saúde:

Anexo 6. Saúde

Quadro 6.1. Receita base para aplicação em ações e serviços públicos de Saúde (arts. 156, 158 e 159, I, “b” e § 3º da CF, c/c art. 77, ADCT).

Quadro 6.2. Despesas com ações e serviços públicos de Saúde.

3.4.4. Pessoal

3.4.4.1. Regime Previdenciário

Os servidores efetivos do município estão vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social-RPPS; os demais, ao Regime Geral (INSS).

3.4.4.2. Limites Legais

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 31.160.542,29, correspondente a 32,98 %, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido na LRF.

Os gastos com pessoal do Poder Legislativo totalizaram o montante de R\$ 2.186.857,58, correspondente a 2,31% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 6% estabelecido no art. 20, inc. III, “a” da LRF.

Os gastos com pessoal do Município totalizaram o montante de R\$ 33.347.399,87, correspondente a 35,29% da RCL, assegurando o cumprimento do limite máximo de 60,00% estabelecido na LRF.

Demonstrativo dos Gastos com Pessoal:

Anexo 7. Pessoal

Quadro 7.1. Poderes Executivo e Legislativo (arts. 18 a 22, LRF).

Anexo 3. Receita

Quadro 3.3. Receita Corrente Líquida (RCL).

3.5. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno foi instituído mediante Lei específica (art. 74 da Constituição Federal, art. 10 da Lei Complementar 269/2007 e art. 2º da Resolução Normativa TCE/MT 01/2007), conforme pela Lei Municipal n.º 767 de 12/12/2007.

Verificou-se que esta Unidade está em efetivo funcionamento conforme se comprova por meio de Pareceres e Relatórios Técnicos do Controle Interno do Município por meio dos quais o Prefeito foi orientado a adotar medidas para a regularização das situações detectadas.

3.6. TRANSPARÊNCIA

3.6.1. Audiências Públicas

No ano em tela, foram realizadas Audiências Públicas durante os processos de elaboração e de discussão da LDO e LOA (art. 48, parágrafo único, LRF).

O cumprimento das Metas Fiscais de cada quadrimestre foi avaliado em Audiência Pública na Câmara Municipal (art. 9º, § 4º, LRF).

3.6.2. Publicação de Demonstrativos Fiscais e Atos Oficiais

As Contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração (art. 49, LRF), como também por meio de publicação no endereço eletrônico da Prefeitura.

Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal foram elaborados e publicados (art. 48, LRF).

Os Atos Oficiais da Administração foram publicados na Imprensa Oficial e em outros Veículos de Comunicação, quando exigido pela Legislação, nos prazos legais (art. 37, caput, CF; art. 6º, inc. XIII, L. 8.666/93).

3.6.3. Conselhos

Foram asseguradas informações e documentos aos Conselhos.

4. LIMITES DE GASTOS DA CÂMARA MUNICIPAL

Os repasses ao Poder Legislativo totalizaram R\$ 3.413.914,09, correspondentes a 5,39% da Receita Base de R\$ 63.304.184,06 assegurando o cumprimento do limite máximo estabelecido no art. 29-A da CF (art. 29-A, § 2º, inc. I, CF).

Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, inc. III, CF).

Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, inc. II, CF).

Demonstrativo dos repasses e gastos da Câmara Municipal:

Anexo 8. Repasses à Câmara Municipal

Quadro 8.1. Limite de repasse e gastos anuais da Câmara Municipal (art. 29-A, CF).

Quadro 8.2. Repasse e Gastos Anuais da Câmara Municipal (art. 29-A da CF).

5. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

As Contas de Governo prestadas pelo gestor do Exercício de 2021 receberam Parecer Prévio Favorável pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso-TCE-MT.

6. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

Diante do exposto, o órgão de Controle Interno é de parecer que as metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do Governo Municipal elencados na Lei Orçamentária do Exercício, foram cumpridas.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos Atos de Gestão Financeira Orçamentária, Financeira e Patrimonial, salvo melhor juízo, foi observada. Quanto à eficácia e eficiência, da gestão, os resultados obtidos foram os previstos nas Leis Orçamentárias com proveito para a coletividade atendida.

Houve regularidade na gestão dos recursos vinculados a Manutenção do Desenvolvimento do Ensino.



Houve regularidade na aplicação dos recursos com ações e serviços públicos de Saúde.

Portanto o Controle Interno é favorável a aprovação das Contas de Governo do exercício de 2022.

É o relatório e parecer.

Nova Olímpia-MT, 12 de Abril de 2023.



Nélson Alves
Coordenador de Controle Interno Municipal

ANEXOS

CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA-MT – EXERCÍCIO 2022

ANEXO 1 – RESTOS A PAGAR

Quadro 1.1. Restos a Pagar Processados e Não-Processados

Descrição	Saldo anterior	Movimento no exercício 2022			Saldo para o exercício seguinte R\$
		Inscrição R\$	Baixa R\$		
			Por pagamento	Por cancelamento	
Processados	882.260,65	850.845,90	825.566,87	0,00	907.539,68
Não-processados	11.135.661,70	7.680.005,10	6.014.209,78	0,00	12.801.457,02
TOTAL	12.017.922,35	8.530.851,00	6.839.776,65	0,00	13.709.396,70

Fonte: Anexo 17 – Demonstrativo da Dívida Flutuante (Prefeitura).

ANEXO 2 – DÍVIDA PÚBLICA

Quadro 2.1. Movimentação e Saldo de Dívidas

Descrição	Saldo anterior exercício anterior	Movimento do Exercício				Saldo para o Exercício Seguinte
		Contratação	Emissão (Atualização)	Resgate	Cancelamento	
TOTAL	0,00	4.965.343,89	0	0,00	0,00	

Fonte: Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna (Prefeitura)

Quadro 2.2. Dívida Consolidada Líquida

Descrição	Valor R\$
(a) Total da dívida consolidada	965.343,89
(b) Ativo disponível	22.057.640,29
(c) Haveres financeiros	5.103.253,33
(d) Disponibilidade previdenciária	78.707.989,40
(e) Restos a pagar processados	850.845,90
(f) = (b + c - d - e) total de deduções	52.397.941,68
DCL – Dívida consolidada líquida (*)	0,00

(*) se: (b + c) > (d + e), então DCL = (a - f), caso contrário DCL = (a)

ANEXO 3. RECEITA

Quadro 3.1. Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de Recursos da Receita

Origem	Valor Previsto R\$	Valor arrecadado R\$	% da arrecadação sobre a previsão
RECEITAS CORRENTES			
Receitas Tributárias	8.574.584,00	11.698.512,72	136,43
Receita de Contribuição	3.445.067,00	3.660.758,38	106,26
Receita Patrimonial	238.567,66	3.363.815,43	1410,00
Receita de Serviços	1.988.556,00	2.278.010,63	114,55
Transferências Correntes	59.929.829,34	68.227.370,80	113,84
Outras Receitas Correntes	3.300,00	3.891,32	117,91
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.397.176,00	9.037.812,04	205,53
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS CORRENTES – INTRA ORÇAMENTÁRIAS	3.126.200,00	4.166.385,37	133,27
Recursos arrecadados de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	
TOTAL	81.918.000,00	103.533.090,26	126,38

Fonte: Comparativo da Receita Prevista com a Efetuada no mês de Dezembro de 2022 (OR 4511)

Quadro 3.2. Receita Tributária Própria

Receita tributária própria	Valor arrecadado R\$
Impostos	
IPTU	551.174,46
IRRF	3.351.762,74
ISSQN	4.734.271,45
ITBI	1.691.168,31
Taxas	509.972,83
Contribuição de Melhoria	0,00
Dívida Ativa Tributária	645.133,00
Multas/Juros de Mora/Correção Monetária/Tributos e/Dívida Ativa Tributária	234.383,91
CIP (Contribuição de Iluminação Pública)	558.986,39
TOTAL	12.276.853,09

Fonte: Comparativo da Receita Prevista com a Efetuada no mês de Dezembro de 2022 (OR 4511)

Quadro 3.3. Receita Corrente Líquida

Receitas	Total R\$
Total receitas correntes (líquida da contribuição do Fundeb) Administração Direta + Indireta	103.533.090,26
(-) Contribuição ao RPPS (segurado)	3.101.771,99
(-) Receita da compensação financeira entre regimes previdenciários	0,00
(=) RCL	100.431.319,17

Fonte: RREO – Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ANEXO 4. DESPESA
Quadro 4.1. Despesa por Função

Função da Despesa	Despesa Realizada (liquidada) R\$	% da despesa total
Legislativa	3.350.539,14	3,22
Administração	11.583.226,33	11,14
Assistência Social	3.147.602,98	3,03
Previdência Social	6.697.749,19	6,44
Saúde	27.685.905,12	26,63
Educação	29.240.502,68	28,12
Cultura	667.817,52	0,64
Urbanismo	13.098.416,23	12,60
Saneamento	1.816.353,67	1,75
Gestão Ambiental	176.031,77	0,17
Agricultura	890.875,46	0,86
Transportes	4.266.288,24	4,10
Desporto e Lazer	398.720,26	0,38
Encargos Especiais	952.655,74	0,92
TOTAL	103.972.684,33	100,00%

Fonte: Relatório Auxiliar LRF Despesas no Exercício – FUNÇÃO/PROGRAMA/AUBPROGRAMA [LIQUIDADOS] (OR 4674) + ANEXO 7 – LEI 4.320/64.

Receitas	Total R\$
Total receitas correntes (líquida da contribuição do Fundeb) Administração Direta + Indireta	103.533.090,26
(-) Contribuição ao RPPS (segurado)	3.101.771,99
(=) RCL	100.431.319,17

Fonte: RREO – Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ANEXO 5. ENSINO

Quadro 5.1. Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art. 212, CF)

Descrição	Valor (R\$)
Receita de Impostos (I)	10.973.509,96
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais (II)	51.210.177,39
Total receita base (III) = (I + II)	62.183.687,35
= Valor mínimo – 25% (Ensino)	15.545.921,83

Fonte: RREO Anexo 8 (LDB, art. 72)

Quadro 5.2. Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212,CF)

Descrição	Valor (R\$)
Despesas do Fundeb (I)	
Pagamento dos Profissionais do Magistério (II)	14.533.734,62
Outras Despesas (III)	3.095.720,90
Despesas com Ações Típicas do MDE (IV)	
Despesas Administrativas	1.139.838,26
Educação Infantil (V)	1.652.053,55
Ensino Fundamental (VI)	8.388.160,76
Ensino Especial (VII)	430.994,59
Ensino Profissional não Integrado ao Ensino Regular (VIII)	0,00
Deduções consideradas para fins de limite (IX)	9.105.263,84
Total das Despesas com para fins de limite (X) = (IV – IX)	20.135.228,84
Percentual sobre a receita base (XI) = (X/III quadro 5.1*100)	32,38%
Limite Legal sobre a receita base	25,00%
Situação (regular/irregular)	Regular

Fonte: RREO Anexo 8 (LDB, art. 72)

**Quadro 5.3. Gastos com Remuneração e Valorização dos Profissionais do Magistério.
Ensino Infantil e Fundamental. Recursos do Fundeb**

Descrição	Valor (R\$)
Valor da receita do Fundeb	13.895.894,88
Gasto com remuneração e valorização dos profissionais do magistério – ensino infantil e fundamental conforme folhas de pagamentos	14.533.735,62
Despesas custeadas com superávit financeiro do exercício anterior	2.777.446,13
% da aplicação s/ a receita do Fundeb	83,86%
Limite percentual mínimo	70,00%
Situação	Irregular

Fonte: RREO Anexo 8 (LDB, art. 72)

ANEXO 6. SAÚDE

**Quadro 6.1. Receita Base para Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde
(arts. 156, 158 e 159, I, "b" e § 3º da CF, c/c art. 77, ADCT)**

Descrição	Valor (R\$)
Impostos (I)	10.973.509,96
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais (II)	51.210.177,39
Total receita base (III)	62.183.687,35
= Valor mínimo – 15% (Saúde)	9.327.553,10

Fonte: RREO Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35)

Quadro 6.2. Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	Valor R\$
Despesas com saúde (I)	27.685.902,12
Deduções consideradas para fins de limite	6.645.611,70
Total das Despesas com para fins de limite	21.040.290,42
% Percentual aplicado em saúde (II) = (I/III Quadro 6.1*100)	33,84
Limite mínimo s/ receita base	15,00%
Situação (regular/irregular)	Regular

Fonte: RREO Anexo 12 (LC 141/2012, art. 35)

ANEXO 7 – PESSOAL

Quadro 7.1. Gastos com Pessoal. Poderes Executivo e Legislativo (arts. 18 a 22, LRF)

MUNICÍPIO:

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS
	(últimos 12 meses)
	LIQUIDADAS (a)
1- DESPESA BRUTA COM PESSOAL	33.347.399,87
4- DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP	33.347.399,87
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor
5- RECEITA CORRENTE LIQUIDA	94.495.278,22
6- % DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL = (4/5)*100	35,29
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - < 60% >	56.697.166,93
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <57%>	53.862.308,58

Fonte: RGF – Anexo 1

PODER EXECUTIVO:

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS
	(últimos 12 meses)
	LIQUIDADAS (a)
1- DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	31.160.542,29
1.1- Pessoal Ativo	31.160.542,29
1.2- Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
1.3- Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00
2- DESPESAS NÃO-COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1+2.2+2.3+2.4+2.5)	
2.1- Indenizações	0,00
2.2- Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
2.3- Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
2.4- Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
2.5- Despesa de pessoal variável (plantões) e indenizatórias	
3- DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	31.160.542,29
4- DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP	31.160.542,29
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor R\$
5- Receita Corrente Líquida – RCL	94.495.278,22
6- % Da Despesa Total com Pessoal – DTP sobre a RCL = (4/5)*100	32,98%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - < 54% >	51.027.450,23
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <51,30%>	48.476.077,72
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < 48,60% >	45.924.705,21

Fonte: RGF – Anexo 1

PODER LEGISLATIVO (arts. 18 a 22, LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS
	(últimos 12 meses)
	LIQUIDADAS (a)
1- DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)	2.186.857,58
1.1- Pessoal Ativo	0,00
1.2- Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
1.3- Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00
2- DESPESAS NÃO-COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) =	0,00
(2.1+2.2+2.3+2.4)	0,00
2.1- Indenizações	0,00
2.2- Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
2.3- Despesas de Exercícios Anteriores	
2.4- Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
3- DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL = (1-2)	2.186.857,58
4- DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP	2.186.857,58
Apuração do Cumprimento do Limite Legal	Valor R\$
5- Receita Corrente Líquida – RCL	94.495.278,22
6- % Da Despesa Total com Pessoal – DTP sobre a RCL = (4/5)*100	2,31%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - < 6% >	5.669.716,69
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <5,70%>	5.386.230,85
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <5,40%>	5.102.745,02

Fonte: RGF – Anexo 1

ANEXO 8 – REPASSE À CÂMARA MUNICIPAL
Quadro 8.1. Limite de Repasse para a Câmara Municipal

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
IPTU	551.174,46
IRRF	3.351.762,74
ITBI	1.691.168,31
ISSQN	4.734.271,45
TAXAS	509.972,83
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00
DIVIDA ATIVA (IMPOSTOS)	645.133,00
MULTAS E JUROS DA RECEITA TRIBUTÁRIA	32.211,80
JUROS E MULTA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	202.172,11
FPM	23.230.739,51
ITR	3.529.139,11
L.C. Nº 87/96	000
IPVA	1.599.335,40
ICMS	22.890.963,37
IPI-EXPORTAÇÃO	294.919,01
CIDE	41.220,96
TOTAL DAS RECEITAS	63.304.184,06
Valor máximo do repasse 7%	4.431.292,88
Valor inicialmente fixado na LOA e créditos adicionais (2022)	2.792.580,00
Valor Suplementado	586.522,49
Valor repassado	3.413.914,09
Percentual atual de repasse	5,39%

Quadro XX. Repasse para a Câmara Municipal (artigo 29-A da CF)

Descrição	Valor	Receita Base – R\$	% S/A Receita Base	Limite Máximo (%)	Situação
Repasse do Poder Executivo	3.413.914,09	63.304.184,06	5,39	7,00%	Regular